



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

SUZANA DE SOUSA SANTOS

**ANÁLISE DO PANORAMA DO EMPREGO FORMAL NO PRIMEIRO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF: AJUSTE FISCAL E MERCADO DE TRABALHO**

**SUMÉ - PB
2017**

SUZANA DE SOUSA SANTOS

**ANÁLISE DO PANORAMA DO EMPREGO FORMAL NO PRIMEIRO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF: AJUSTE FISCAL E MERCADO DE TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão das Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

S237a Santos, Suzana de Sousa.

Análise do panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff: ajuste fiscal e mercado de trabalho. / Suzana de Sousa Santos. - Sumé - PB: [s.n], 2017.

47 f.

Orientador: Professor Dr. Gilvan dias de Lima Filho.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

1. Governo Dilma Rousseff – empregos. 2. Empregos formais. 3. Ajuste fiscal. 4. Mercado de trabalho. I. Título.

CDU: 331(043.1)

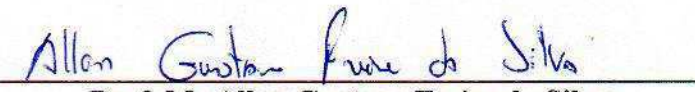
SUZANA DE SOUSA SANTOS

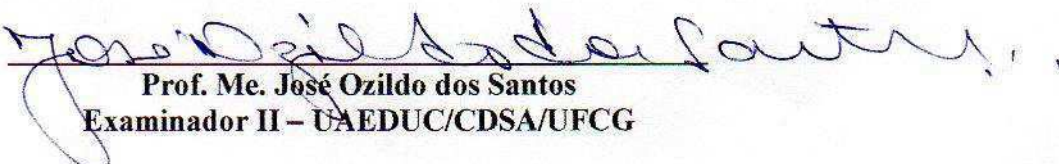
**ANÁLISE DO PANORAMA DO EMPREGO FORMAL NO PRIMEIRO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF: AJUSTE FISCAL E MERCADO DE TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão das Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho
Orientador – UATEC/CDSA/UFCG


Prof. Me Allan Gustavo Freire da Silva
Examinador I – UAEDUC/CDSA/UFCG


Prof. Me. José Ozildo dos Santos
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 20 de outubro de 2017.

A Deus pelo dom da vida e a minha família pelo amor, apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela saúde, força e coragem durante esta caminhada.

Aos meus pais, meu esposo Aimar, minhas filhas e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor orientador Dr. Gilvan Dias, pelos ensinamentos, paciência e dedicação que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores, que foram muito importantes na minha vida acadêmica.

À Edjaina, pelo carinho em cuidar das minhas filhas, permitindo a conclusão desta monografia.

Enfim, a todos os meus amigos e colegas de trabalho, em especial a Mezzofani pelo incentivo, força, torcida e amizade.

RESUMO

A geração de emprego e renda está diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento, assegurando a qualidade de vida, diminuição das desigualdades e bem-estar da população. Diante da afirmativa, o presente trabalho tem como objetivo analisar o panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff com foco no ajuste fiscal e no mercado de trabalho. De forma mais específica, busca-se compreender as disparidades entre o emprego e a atividade econômica, ou seja, como o emprego formal avançou ante a desaceleração da economia. Para ratificar, serão expostos os dados do emprego formal em 2014 através dos dados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais. Como apreciação, pode ser destacado que apesar da queda do Produto Interno Bruto no período, especialmente, decorrente da retração da indústria de transformação, o mercado de trabalho foi favorecido pelos estímulos fiscais macroeconômicos como o aguilhoamento do crédito, a expansão da demanda doméstica e do setor de comércio e serviços que proporcionou o crescimento do salário real. Em um cenário geral, pôde ser constatado que as políticas públicas de emprego e renda permitiram a geração de mais postos formais por meio de investimentos em setores estratégicos para esse fim; houve o fortalecimento do sistema público de emprego, trabalho e renda, de forma a integrar as políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro-desemprego; ocorreu o fortalecimento da proteção social aos trabalhadores e suas famílias; e de políticas que possibilitem a transição da informalidade para as atividades formais, bem como, uma maior distribuição de renda.

Palavras-chave: Ajuste Fiscal. Dilma Rousseff. Emprego Formal.

ABSTRACT

The generation of employment and income is directly related to the development process, ensuring the quality of life, reducing inequalities and the well-being of the population. In the affirmative, the present work aims to analyze the formal employment panorama in the first Dilma Rousseff government focusing on fiscal adjustment and the labor market. More specifically, it seeks to understand the disparities between employment and economic activity, that is, how formal employment has advanced in the face of the slowdown of the economy. In order to ratify, the formal employment data will be exposed in 2014 through the data obtained in the Annual Social Information Report. As an appreciation, it can be pointed out that despite the fall in the Gross Domestic Product in the period, especially due to the slowdown in the manufacturing industry, the labor market was favored by macroeconomic fiscal stimuli such as credit scaling, domestic demand expansion and sector of commerce and services that provided real wage growth. In a general scenario, it could be verified that the public policies of employment and income allowed the generation of more formal posts through investments in strategic sectors for this purpose; there was a strengthening of the public system of employment, work and income, in order to integrate the policies of professional qualification, labor intermediation and unemployment insurance; there was a strengthening of social protection for workers and their families; and of policies that allow the transition from informality to formal activities, as well as a greater income distribution.

Keywords: Fiscal Adjustment. Dilma Rousseff. Formal Employment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do Trabalho na História	17
Figura 2 - O Ciclo Vicioso da Estagnação com Pleno-Emprego	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Evolução da Geração de Empregos para o Total das Atividades Econômicas	33
Gráfico 2 - Brasil - Variação Absoluta do Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica (2014/2013)	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Brasil - Números de Empregos, Variação Absoluta e Relativa	32
Quadro 2 - Brasil - Número de Empregos em 31/12 por Setor e Subsetor de Atividade Econômica	35
Quadro 3 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro por Setor e Subsetor, em Reais, a Preços de Dez/2014 (*)	36
Quadro 4 - Brasil - Número de Empregos, Variação Absoluta e Relativa por Nível Geográfico 2013 e 2014	37
Quadro 5 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro, em Reais, por Região e Unidade da Federação e preços de Dez/2014 (*).....	38
Quadro 6 - Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Sexo e por Grau de Instrução.....	39
Quadro 7 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro por Grau de Instrução, em Reais, a Preços de Dez/2014 (*).....	40
Quadro 8 - Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa po Faixa Etária....	41
Quadro 9 - Brasil - Estoque de Emprego, Variação Absoluta e Relativa por Tamanho do Estabelecimento.....	41
Quadro 10 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez/2014 (*) por Tamanho do Estabelecimento	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC - Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CGET – Coordenação Geral de Estatística do Trabalho

COPOM – Comitê de Política Monetária

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

MEI – Microempreendedor Individual

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PIL – Programa de Investimento em Logística

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA	14
2.1 O trabalho e as mudanças da estrutura econômica	15
2.2 Emprego, desemprego e subemprego (trabalho precário)	18
2.3 Desemprego no Brasil	20
3 O PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E A “NOVA MATRIZ ECONÔMICA”	23
4 METODOLOGIA	29
5 ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2011-2014 Erro! Indicador não definido.	
5.1 Emprego e Remuneração por Setor	33
5.2 Emprego e Remuneração por Distribuição Geográfica	36
5.3 Emprego e Remuneração por Sexo e Instrução	38
5.4 Emprego e Remuneração por Faixa Etária	40
5.5 Emprego e Remuneração por Tamanho do Estabelecimento	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A presidente Dilma Rousseff, começou seu governo com resultados positivos, frutos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no que se refere aos principais indicadores macroeconômicos, com destaque para a redução do desemprego e da desigualdade social. Entretanto, o modelo de crescimento (2004–2010) baseado na oferta de crédito e estímulo ao consumo em massa encontrou seu limite no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

No âmbito econômico, o governo obteve um baixo desempenho relacionado ao crescimento econômico, a estabilidade de preços e ao equilíbrio orçamentário. A crise internacional juntamente com fatores internos, como a escolha de políticas fiscal e monetária expansionistas, pautadas na redução da taxa básica de juros, no estímulo ao crédito e nas desonerações tributárias, dentro de um cenário de desaceleração estrutural contribuiu para esses resultados. Como ratificação, a taxa média anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi pouco mais de 2%, (chegando no ano de 2014 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a corresponder 0,1%); a inflação se manteve invariavelmente mais próxima do teto do que do centro da meta; e a ampliação dos gastos com as desonerações e as renúncias de impostos ao setor privado com o intuito de estimular e melhorar a competitividade e ampliar a geração de emprego, pioraram significativamente os resultados fiscais, por meio da soma de déficits primários e operacionais.

Em contrapartida, o governo logrou êxito considerando o aspecto mercado de trabalho. No cenário interno, no período de 2010 a 2014 ocorreu a redução das taxas de desemprego. O que significa dizer que, mesmo com a queda do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego continuou com sua trajetória de queda, isto é, a estagnação da economia brasileira se deu majoritariamente em um contexto de pleno-emprego da força de trabalho (OREIRO, 2013).

Destaca-se que, o pleno emprego significa que em determinado momento a população economicamente ativa realiza o volume de atividade máxima que é capaz de realizar e pode dizer-se que o pleno emprego se traduz em uma situação em que todo o indivíduo que se apresenta no mercado de trabalho a procura de ocupação a encontra.

Dentro desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo, analisar o panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff, observando a correlação entre o ajuste fiscal e o mercado de trabalho. De modo específico o estudo busca discutir como o emprego formal no Brasil conseguiu evoluir diante de um cenário de desaceleração da economia e expor

a trajetória dos números considerando o emprego formal e sua remuneração por setores disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2014.

A RAIS foi escolhida por ser a fonte oficial de dados e informações do Ministério do Trabalho e Emprego, inclusive tendo seu funcionamento estabelecido por lei (Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975).

Como segmentação este trabalho está dividido em seis seções: a introdução onde se aborda de forma preliminar o tema e o objetivo precípua do estudo; a fundamentação teórica composta pelo segundo e terceiro capítulos onde se encontra o referencial bibliográfico sobre os temas: a evolução histórica do trabalho e emprego e a nova matriz econômica no governo de Dilma; o quarto capítulo onde são expostos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; o quinto capítulo onde é apresentada a análise dos resultados obtidos na RAIS 2014; e a sexta seção onde são exibidas as considerações finais.

2 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao longo da história, variando com o nível cultural e com a evolução de cada sociedade, o trabalho tem sido percebido de forma diferenciada, associado a diferentes valores sociais - positivos e negativos - e a diferentes sistemas sociais. Ele existe desde o momento que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente em que vive.

A humanidade sempre teve a força de trabalho como seu principal instrumento de sobrevivência, sua razão de viver. É por meio dele que o homem se relaciona com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo.

Conforme Lafargue (1999, p.33), “o trabalho, em si mesmo, é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, pois é por ele que dominamos as forças da natureza e é por ele que exteriorizamos nossa capacidade inventiva e criadora”.

Na Antiguidade o conceito de trabalho sempre esteve aliado a uma visão negativa, de punição, sacrifício. Para Bueno, considerando a evolução do conceito pode-se afirmar que:

Em sua etimologia, o termo trabalho remete ao substantivo *tripalium* (instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, com o qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los) e ao verbo *tripaliare*, igualmente do latim vulgar, que significava "torturar sobre o *tripalium*". Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo (BUENO, 1988 p.25).

Considerando o exposto, trabalho significava a perda de liberdade, uma condição inferior, um castigo. Quem trabalhava era o escravo, o servo ou as classes inferiores, os nobres dedicavam-se ao ócio, a política, a guerra e ao lazer. O seu significado confundia-se com o de sofrimento, era compreendido como a atividade dos que haviam perdido a liberdade.

Já para os gregos (e para o pensamento ocidental atual), a palavra trabalho retratava dois significados: de esforço rotineiro, penalidade, sofrimento e a de reconhecimento pessoal, criação. “Essa contradição é mantida na concepção contemporânea de trabalho, em alguns contextos de uso, e manifesta nas formas como trabalho pode ser adjetivado: trabalho braçal, trabalho intelectual, [...] etc.” (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012, p.150).

Logo, trabalho é uma das formas do homem atuar sobre o mundo, se autoproduzir, atender suas necessidades e torna-se criador. É por ele que o homem desenvolve habilidades, aprende a conhecer as forças da natureza e as próprias forças, adquire rendimentos, estabelece relações interpessoais, obtém auto-realização, status, prestígio e altera o meio em que vive.

Todavia, o trabalho apresentou uma série de mudanças ao longo do tempo, acomodando-se a estrutura econômica vigente em cada período produtivo.

2.1 O trabalho e as mudanças da estrutura econômica

A humanidade passou por três grandes ondas de mudanças, excluindo extensamente culturas ou civilizações e substituindo-as por modos de vida inconcebíveis para os que vieram antes: a da agricultura, a da revolução industrial e a da nova civilização, que está criando sinais de mudanças na sociedade e no mundo.

A Primeira Onda de mudança está relacionada à revolução agrícola, que predominou por milhares de anos. A Segunda Onda diz respeito ao desenvolvimento industrial e a Terceira Onda é a da revolução tecnológica, predominante nos dias atuais.

Sobre isso, Toffler (1980) aponta que, antes da Primeira Onda a maioria dos seres humanos vivia em pequenos grupos, frequentemente migradores, e alimentava-se pilhando, pescando, caçando ou pastorando. Nessa época, o trabalho representava um esforço apenas complementar ao ritmo da natureza, baseando-se na coleta e limitando-se a garantir a reprodução biológica da espécie humana. O avanço da agricultura, da caça, da pesca e o pastoreio diversificaram as formas de trabalho humano e possibilitaram sua evolução. O artesanato começa a florescer como consequência do desenvolvimento das técnicas e utilização de ferramentas e instrumentos. O advento do arado representou uma das primeiras revoluções no mundo do trabalho.

Com o avanço de novas formas de trabalho surgem relações de poder onde os que detinham o poder ficaram sendo os senhores dos escravos, este último fazia o mais diversificado trabalho desde construir palácios a ser empregado doméstico na casa do seu senhor. Com os anos este modo de trabalho perde sua força e legitimidade no ocidente europeu, sendo a escravidão não mais viável economicamente como também socialmente.

Na Idade Média o trabalho é organizado com base numa economia de subsistência, ou seja, era produzido apenas o necessário para o consumo imediato, logo, não existia relação de caráter econômico, a relação trabalhista da época era a relação senhor-servo. O servo não trabalha para receber uma remuneração, mas para ter o direito de morar nas terras do seu senhor. Assim, “o trabalho, nesse período, não era considerado (e nem poderia ser) instrumento de ascensão social, uma vez que a posição do indivíduo na sociedade era um desígnio da vontade divina” (ARAÚJO; SACHUK, 2007, p.58).

O trabalho modificou-se, e, após uma longa persistência da agricultura como atividade básica, houve uma diversificação do trabalho, com o surgimento ou o renascimento de novas atividades, em um cenário propício à gradativa introdução de elementos que posteriormente culminariam em um novo contexto de relações de trabalho.

Com o desenvolvimento do comércio, das cidades e a ascensão da burguesia, grandes modificações aconteceram na Sociedade Feudal. As cidades passaram a serem centros produtores e comerciais, que estimularam o crescimento do artesanato e facilitaram um maior intercâmbio entre pessoas de diversos locais.

Assim, a crise da ordem feudal, fundada na subsistência e na servidão, e o desenvolvimento do comércio e das atividades manufatureiras organizam uma nova estrutura social: a sociedade capitalista.

Começa a surgir, um novo modelo de produção e de sistema econômico, que visavam ganhos de produtividade e lucro. A força de trabalho como mercadoria no mercado é prerrogativa de produção capitalista. É nele que a força de trabalho é negociada, ou seja, é ali que o trabalhador livre vê sua força de trabalho se transformar em mercadoria em contrapartida por algo chamado salário.

O início da indústria moderna foi possível graças à presença de duas condições salutares: a existência do capital acumulado e de uma classe de trabalhadores livres e sem propriedade. Dessa forma, surgem dois tipos de homens livres: o trabalhador livre e assalariado, que vive exclusivamente de seu trabalho, ou seja, da venda de sua força de trabalho, e o burguês, ou capitalista, proprietário dos meios de produção (PEREIRA; GIOIA, 2003).

A partir da Revolução Industrial, com a consolidação do sistema capitalista, o desenvolvimento do maquinismo e a invenção da indústria, ocorreram profundas mudanças nas relações de trabalho. Nesse momento, o sistema de produção fordista e taylorista foi dominante, praticamente em todo século XX.

Figura 1 - Evolução do Trabalho na História



Fonte: Autor, 2017.

De maneira sintética, pode-se indicar que o taylorismo/fordismo, baseava-se na produção em massa de mercadorias, na racionalização, fragmentação e hierarquização rígida. O trabalho passa a ser monótono, mecanizado e repetitivo para a maioria dos trabalhadores e exige-se pouca qualificação dos profissionais e nenhuma participação e envolvimento com o sucesso da produção e da empresa.

A massa trabalhadora, com a instalação do sistema fabril e com a mudança no sistema de produção, teve que se subordinar a baixo salários, péssimas condições de trabalho, poluição do meio ambiente e acidentes de trabalho na operacionalização das máquinas, sendo assim, a Revolução Industrial foi considerada um período de terror para o trabalhador.

O modelo taylorista/fordista de produção aos poucos foi superado – “decorrente de uma diversidade de fatores, como o gigantismo organizacional e o concomitante crescimento da necessidade de maior flexibilização e agilidade, a globalização dos mercados, o surgimento de novas tecnologias e dos modelos de gestão [...] (ARAÚJO; SACHUK, 2007, p. 60).

A Terceira Revolução Industrial surge em meados do século XX e caracteriza-se pelo uso da informática e robótica no processo de produção industrial, o uso de satélites e da comunicação em rede, biotecnologia, transformações nas relações de trabalho e diminuição progressiva do emprego de mão-de-obra humana (sendo substituída pelas máquinas).

Tais modificações afetaram principalmente as relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho. Este modelo, dotado de grande flexibilidade, descentralização e desburocratização, é colocado como opção para ambientes em constantes mudanças.

Os trabalhadores são levados a exercer um trabalho mais intelectual e, na medida em que isso ocorre é gerada a necessidade de encontrar uma força de trabalho mais especializada e multifuncional. O processo reúne equipes de profissionais com habilidades diversas para

trabalharem ao lado de máquinas automatizadas produzindo maior quantidade de bens com variedade de escolha. A hierarquia gerencial e as linhas de produção passam a ser substituídas por equipes multiquualificadas. “Passou-se a fazer a diferenciação entre o trabalho qualificado e o não qualificado, entre o produtivo e o não produtivo, aprofundando-se a distinção entre trabalho manual e intelectual” (WOLECK, 2002, p.5)

Instituiu-se uma nova composição de trabalhadores distinguidos entre especializados, isto é, profissionais com maior nível de conhecimento, focados no aperfeiçoamento, que ocupam postos de trabalho com alta atividade cognitiva (que são a minoria). Por outro lado, a grande maioria continuou pouco especializada, ocupando os postos de trabalho mais operacionais. A conjuntura desse último conjunto de trabalhadores aponta para a desqualificação, precarização do trabalho e desemprego. Os trabalhadores são obrigados e se submeterem ao trabalho informal, a redução de salários e a perda de direitos trabalhistas.

2.2 Emprego, desemprego e subemprego (trabalho precário)

Atualmente, o termo emprego, de um modo geral, está associado à ideia de ocupação. “A palavra emprego, da língua inglesa, tem sua origem em 1,400 d.C. Até o início do século XVIII, se referia a alguma tarefa ou determinada empreitada; nunca se referia a um papel ou a uma posição numa organização” (WOLECK, 2002, p.7).

A busca pelo emprego está relacionada à expectativa de segurança financeira e estabilidade. “O emprego, constitui-se num meio fundamental de acesso à renda, à proteção e ao reconhecimento social através de uma atividade econômica considerada legítima” (VARGAS, 2014, p.185).

Com a Revolução Industrial o conceito de emprego foi consolidado, o trabalhador deixa de exercer atividades que usam seu talento e passa a vender a força de trabalho em troca de uma remuneração. A habilidade de produzir seus próprios meios de existência, de realizar sua capacidade criativa pelo trabalho, é anulada pelo capitalismo. Neste sistema, em que os meios de produção são de propriedade da minoria e a maioria possui apenas a força de trabalho, o trabalho passa a ser apenas um meio de sobrevivência.

Só com o surgimento do trabalho assalariado livre é que se pode falar em surgimento das relações de emprego. Outro ponto importante a ser levado em consideração para se admitir a existência de uma relação de emprego é a existência de uma relação de reciprocidade que implique em uma contrapartida, que é oferecida ao trabalhador quando ele vende a sua força de

trabalho para outro. O salário é então a contrapartida oferecida para que o trabalhador utilize a sua força de trabalho na produção.

Atualmente, com o processo de desconstrução e desregulamentação das leis trabalhistas, o emprego parece sofrer um processo de desmonte. “A desconstrução do conceito e do tipo de emprego, [...] faz parte de todo este processo de desregulamentação, flexibilização e consequente precarização das relações de trabalho” (BARRETO, 2005, p.46).

As inovações técnico-científicas aliadas à pressão do sistema capitalista conceberam uma grande ampliação do desemprego, da flexibilização do mercado de trabalho, da privatização da produção, da regulação pelo mercado, e como decorrências, baixos salários, menor segurança, menos benefícios e degradação das relações de trabalho.

A elevação do desemprego e a precarização das relações de trabalho, substituem o trabalho formal, ou seja, o registro na carteira de trabalho, pelas formas de contratação por tempo determinado, sem registro na carteira. Os trabalhadores são obrigados a aceitarem a destruição dos direitos adquiridos e há uma diminuição da força de atuação e negociação dos sindicatos.

Desse modo, o capitalismo global está pressionando os Estados a desmontarem a legislação social do trabalho, ou seja, trata-se da flexibilização estrutural do trabalho e ampliação das formas de precarização, como caracteriza Vasapollo (2005), a nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação.

O trabalho precário produz insegurança econômica para os indivíduos, contribui para a crescente desigualdade econômica, limita as oportunidades, gera condições de trabalho desfavoráveis por estarem exercendo uma atividade que não tem vínculo empregatício e não insere o trabalhador em um conjunto de garantias e benefícios típicos de uma verdadeira situação de emprego, o que desencadeia um processo de produção de um grupo de indivíduos

que, na sociedade, ocupam a posição de, desempregados, empregados de modo precário, trabalhadores por conta própria, enfim, um conjunto de trabalhadores imersos na precarização.

2.3 Desemprego no Brasil

O nível do desemprego é resultado de vários fatores, em especial do ritmo de expansão ou contração da economia e do modo de funcionamento do mercado de trabalho (que influenciam na maior ou menor geração de empregos), assim como da abrangência do sistema nacional de proteção social.

No Brasil, as instituições responsáveis pela medição do desemprego, são: o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, órgão do Governo Federal que realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que, em parceria com a Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (SEADE), realizam a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nas regiões do Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Salvador.

Só é considerado desocupado, e entra na estatística de desemprego, quem não está trabalhando, procurou emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa e estava apto a começar a trabalhar (desemprego aberto). Mas existem outras situações medidas. São considerados subocupados aqueles que trabalham menos de 40 horas por semana e gostariam de trabalhar mais, pessoas que tenham procurado trabalho nos últimos 12 meses, apesar de terem exercido alguma atividade considerada de caráter precário, biscates. (desemprego oculto), entre outras IBGE (2015).

Em termos históricos, houve no país o crescimento das relações formais de trabalho, impulsionados pela implementação do projeto de industrialização nacional e implementação das leis trabalhistas, porém, o mercado de trabalho no Brasil não conseguiu generalizar o emprego formal para toda população. O caráter histórico desestruturado do mercado de trabalho, aliado a implantação de políticas neoliberais, com o intuito de inserir o país no processo de globalização agravou o fenômeno do desemprego.

A década de 1990 foi marcada pela implantação e consolidação da política neoliberal, com a inserção de programas de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, abertura comercial e financeira com redução das alíquotas de importação, corte de gastos sociais, flexibilização das leis trabalhistas e da proteção social, o que implicou no fechamento

de várias empresas nacionais, precarização das forças de trabalho, ampliação das terceirizações, erosão do trabalho estável com profundas consequências sociais. Nesse sentido, observa-se que as políticas para o mercado de trabalho adotadas nesta época tinham uma orientação clara, isto é: desregulamentar o mercado de trabalho com a intenção de reduzir os custos do trabalho e aumentar a competitividade da economia brasileira.

Através de uma análise sobre os países de capitalismo avançado, Nardi (2006, p. 57) deixa claro que o ocorrido na realidade brasileira não foi muito diferente: “[...] no Brasil, a implantação das políticas econômicas neoliberais produziu um aumento ainda maior das desigualdades sociais (apesar do controle da inflação) fato este intrinsecamente relacionado às altas taxas de desemprego do final dos anos 90”.

Considerando esta conjuntura, nem todas as empresas conseguiram acompanhar esse movimento. De um lado, ficaram as grandes empresas internacionalizadas que promovem mudanças, adotando como medidas para baratear o custo da produção, a substituição de produtos intermediários e de bens de capital que eram produzidos no Brasil, por componentes e bens importados. De outro lado, ficaram as empresas menores, que para conseguirem se manter, demitiram seus funcionários mais onerosos, visando diminuir gastos, e adotaram o processo de terceirização da mão-de-obra. POCHMANN (2001). Terceirização é quando uma empresa contrata outra empresa para prestar determinado serviço, são exemplos comuns de terceirização, serviços de limpeza e vigilância.

Ainda segundo o autor, a falta de uma distribuição justa da renda é um dos fatores relacionados ao aumento do desemprego. O grande número de desempregados contribui para aumentar a concorrência pelos postos oferecidos, diminuindo o preço da força de trabalho. Os baixos salários pagos, não são suficientes para sustentar a si e sua família.

Com os efeitos da reestruturação produtiva no Brasil, esse contingente de desempregados sofre algumas alterações, pois o corte de mão-de-obra das indústrias lança nesse grupo a mão-de-obra excedente das fábricas e indústrias de grande e médio porte. O mercado de trabalho aponta para uma diminuição de geração de postos de trabalho nas indústrias e concentração no setor de serviços e um aumento na contratação de terceirizados e assalariados sem carteira.

Como decorrência, acirraram-se ainda mais a disputa pelos empregos informais, bicos e subempregos, ou seja, conseguir um emprego do tipo informal, bicos e subempregos também se torna mais difícil já que a concorrência direta torna-se maior. Em países como o Brasil, é muito comum, existir pessoas que, embora não estejam desempregadas, exercem atividades cujos salários estão muito abaixo do estipulado por seus sindicatos ou pelo governo, isso

caracteriza-se uma situação de subemprego (ou desemprego forçado), por exemplo, pessoas com graduação servindo de vendedoras de lojas.

Além disso, com o avanço do trabalho não formal, há uma redução na arrecadação de recursos voltados às políticas previdenciárias e sociais, isto significa menor proteção social.

A informalidade passou a ser um traço característico do mercado de trabalho no país, por exemplo, os camelôs, as doceiras e todos os trabalhadores não registrados, mas que exercem atividades socialmente aceitas, compõem a parcela informal da economia aferida. Já os traficantes, prostitutas e os bicheiros, por exercerem atividades socialmente indesejáveis, compõem a chamada economia subterrânea de um país.

A rotatividade da mão-de-obra é outro ponto importante correlacionado ao funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, pois a mesma coloca-se como um dos mecanismos de ajuste do mercado. Em termos gerais, trata-se da demissão de trabalhador com maior remuneração para os contratos de novos empregados em condições inferiores de salário.

No Brasil, a rotatividade se apresenta demasiadamente elevada, muito acima da verificada em outros países. Conforme Pochmann (2009), geralmente a taxa de rotatividade entre empregados com até três meses de trabalho chega a ser de duas a cinco vezes superiores à praticada em outras economias. Atingindo mais os postos de trabalho com empregados de menor remuneração, ao contrário dos demais países que envolvem empregados com maior escolaridade.

Nos anos 2000, o mercado de trabalho brasileiro presenciou uma recuperação, com base em uma maior formalização do emprego, incentivada por um melhor posicionamento do Estado com relação ao cumprimento das leis trabalhistas, abertura de concursos públicos em diversas áreas, aumento na formalização de contratos de trabalho, relativa diminuição dos índices de pobreza, na grande medida relacionado a uma política de valorização do salário mínimo, resultado de acordos com centrais sindicais e à existência de políticas sociais de garantia de renda aos pobres e acesso ao crédito pessoal.

Entretanto, essa melhora não diminuiu os elevados índices de precariedade e informalidade e não conseguiu reverter à situação de exclusão em que vive a maioria da sociedade em termos de acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Criou-se no país um mercado flexível, informal, desigual e precário.

3 O PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E A “NOVA MATRIZ ECONÔMICA”

A presidente Dilma Rousseff começou seu governo com uma proposta de continuidade do governo Lula; mais do que isso, com a esperança de poder reeditar o desempenho de seu antecessor, que combinara taxas relativamente elevadas de crescimento com redução da desigualdade econômica.

Os anos de 2011-2014 apresentaram diversas fases na conduta da política econômica, segundo Cagnin et al (2013), até 2012 o governo Dilma apresentou três fases distintas: a) o primeiro semestre de 2011 foi caracterizado pelas políticas fiscal e monetária restritivas; b) entre agosto de 2011 e junho de 2012, período em que as ações foram influenciadas pela crise europeia – desdobramento da crise financeira de 2008 – ações anticíclicas voltadas à sustentação da demanda interna; c) diante do aprofundamento da desaceleração econômica, foram reforçadas ações anticíclicas, com destaque para a atuação dos bancos públicos na oferta de crédito à pessoa física.

O primeiro semestre de 2011 foi caracterizado pelo compromisso com o tripé econômico, constituído pela combinação entre meta de superávit primário, câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, para ajustar as contas externas e metas de inflação, com a política de aumento de juros (até agosto de 2011) que vinha ocorrendo desde fevereiro de 2010. “O início de governo foi marcado pela elevação da taxa Selic num cenário de redução das expectativas de inflação. Esta política foi alterada a partir da 161ª reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) que definiu a redução da taxa Selic de 12,5% pra 12,0% a.a. A partir de então, as reduções foram sistemáticas [...], a taxa alcançou seu piso de 7,25% a.a.”(CURADO; NASCIMENTO, 2015, p.39).

Em agosto de 2011, a crise financeira internacional cai sobre o governo Dilma, conforme citado por Singer (2015) o rebaixamento da nota dos Estados Unidos pela Standard & Poor's e o agravamento da crise europeia, ataques especulativos à Itália, à Espanha e à França que “foi alvo dos especuladores financeiros em função de indicadores pouco sólidos para o mercado”.

O governo brasileiro em meio a crise e a queda dos preços das commodities, resolveu tomar medidas anticíclicas, abandonando a política econômica vigente para implantar sua “nova matriz econômica”, baseada em crédito abundante, política fiscal frouxa e juros baixos.

Segundo Singer (2015, p. 43-45), na nova matriz econômica, política anticíclica adotada no primeiro mandato de Dilma, destaca-se as seguintes ações: redução dos juros, o

Banco Central minorou a taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, tendo a taxa Selic alcançado o valor mais baixo desde a sua criação, o executivo também pressionou os bancos privados a baixarem também os spreads; uso intensivo do BNDES, foi potencializado o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), dirigido à produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica; aposta na reindustrialização, em agosto de 2011 Dilma lança o Programa Brasil Maior, medidas que vão da redução do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – à ampliação do MEI (Microempreendedor individual); desonerações das folhas de pagamento, em abril de 2012 foi anunciado desonerações na folha de pagamento para 15 setores intensivos em mão-de-obra, em 2014 a desoneração atingiria 42 setores; plano para infraestrutura, em agosto de 2012, é lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), pacote de concessões para estimular a inversão em rodovias e ferrovias; reforma do setor elétrico, em setembro de 2012, é editada a Medida Provisória 579 com o objetivo de baratear em 20% o preço da eletricidade, reivindicação da indústria para reduzir custos e ganhar competitividade em relação aos importados, um dos efeitos da Medida Provisória foi provocar a diminuição do valor de mercado das empresas envolvidas, o que causou perda aos investidores; desvalorização do real, o câmbio valorizado foi o segundo objeto principal da nova matriz, em a partir de fevereiro/março de 2012, o BC (Banco Central) agiu para desvalorizar a moeda de, aproximadamente, 1,65 real por dólar para 2,05 reais, alcançado em maio de 2012, queda de 19,52%; controle de capitais, com o objetivo de impedir que a entrada de dólares valorizasse o real, prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros, foram tomadas providências de controle sobre os fluxos de capital estrangeiro, alterações da alíquotas de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras – sobre os investimento estrangeiros de portfólio, mas também impuseram esse mesmo tipo de controle de capital sobre as captações externas; proteção ao produto nacional, de modo a favorecer a produção interna, em setembro de 2011 elevou-se em 30 pontos percentuais o IPI – imposto sobre produtos industrializados – sobre os veículos importados ou eu tivessem menos de 65% de conteúdo nacional, em junho de 2012, foi lançado o Programa de Compras Governamentais, beneficiando o setor de máquinas, equipamentos, veículos e medicamentos também com regras favorecidas para a produção nacional.

A economia já dava sinais de desaceleração, no primeiro ano do governo Dilma, depois de o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro ter crescido em 2011 bem menos que o ano anterior. Para enfrentar o baixo crescimento, o governo reduziu os juros e pressionou os bancos privados, com o apoio dos bancos públicos a reduzirem o spread bancário, conforme relata Singer (2015, p.40) “de 2011 a 2012, em iniciativa de audácia inesperada, os desenvolvimentistas invadiram

a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos”.

O estímulo ao crédito em conjunto com a diminuição da taxa de juros, foi uma das apostas do governo para sustentar o crescimento local. Com a ajuda dos bancos públicos, por meio de expressiva redução das taxas de juros de suas linhas de crédito, a expansão do crédito continuou atuando, impulsionando a massa salarial e o consumo das famílias (embora a taxas declinantes em comparação com o período 2004-2010).

A indústria brasileira, especificamente, vem perdendo espaço para outros setores a décadas. A capacidade industrial de uma nação estabelece o potencial e os limites do seu desenvolvimento econômico. É a industrialização que proporciona níveis crescentes de renda e bem estar da população, gerando empregos mais qualificados e difundindo ganhos de escala, num sentido mais básico e elementar o desenvolvimento depende da produtividade crescente do trabalho que é influenciada diretamente pelos avanços da indústria.

Na economia no Brasil há um expressivo avanço do consumo em detrimento de um baixo desempenho da produção industrial, isso se deve ao fato da indústria vir sendo afetada por problemas estruturais e conjunturais. Segundo Teixeira e Pinto (2012), esse descompasso entre produção e consumo doméstico refletiu o baixo dinamismo da indústria de transformação, que enfrentou o passivo acoplamento da cadeia à produção internacional. Do ponto de vista conjuntural influenciou a queda da demanda provocada pela crise internacional e sob o ponto de vista estrutural, os fatores referentes à competitividade foram decisivos para a perda de espaço para as importações. Frente à crise, o governo criou o Plano Brasil Maior, a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período 2011-2014.

Medidas de desoneração para enfrentar a desaceleração, mudança de contratos com concessionárias de energia para derrubar o preço da conta de luz e pacotes de estímulos fiscais e financeiros foram lançados tanto para o setor produtivo quanto para os consumidores. A desoneração da folha de pagamento de diversos setores foi o principal instrumento utilizado nesse período, conforme explica Carleial (2015, p. 206):

Certamente, o governo Dilma apostou excessivamente nas desonerações da folha de pagamento (folha de salários) que retirou a cota patronal da previdência (20%) referente à remuneração do trabalho. Essa cota foi substituída por uma contribuição sobre a receita bruta, de 2,5% e 1,5%, dependendo do setor ou produto, alíquotas essas que foram posteriormente reduzidas para 2,0% e 1,0%.

Os principais objetivos eram melhorar a competitividade que viria pela redução dos custos de produção associados à diminuição dos encargos incidentes sobre a folha de salários, gerar novos empregos ou evitar o desemprego e incentivar as empresas a investirem mais, contudo, o governo Dilma tentou diversas medidas de estímulo ao investimento privado, na tentativa de fazer o setor privado liderar o crescimento. “ Porém, ao não produzirem efeito significativo sobre a demanda agregada, tais políticas foram inócuas para elevar os investimentos”. (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 31). O governo segurou o investimento público e inverteu capitais ao setor privado com as desonerações (reduções de impostos) a determinados setores, com pouco retorno, pois num ambiente de incertezas e sem a cobrança de uma contrapartida fica difícil induzir o setor privado a usar os recursos na direção esperada.

A desaceleração da indústria, a tentativa de continuar com as políticas anticíclicas, o resultado negativo nas contas públicas, denúncias de corrupção, com o andamento da operação Lava Jato, não garantiram um maior dinamismo à economia brasileira, em 2012 ela cresceu 0,9%, o pior desempenho desde 2009.

Diante das dificuldades com o custo político de alteração da meta, a primeira reação da política fiscal, além da desaceleração de algumas despesas, foi a utilização de artifícios contábeis para alcançar a meta. A "pedalada fiscal" foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente as contas federais. Esses atrasos ajudam a fechar as contas de um determinado mês ou até de um ano fiscal, uma vez que joga a conta para o período seguinte e ajudam a maquiagem as contas do governo, podendo ser usadas para aumentar o superávit primário ou impedir um déficit primário maior (quando as despesas são maiores que as receitas). Atrasos na contabilização de despesas que têm de ser cobertas apenas adulteram os indicadores da qualidade das contas públicas, fundamentais para avaliar as condições da economia. (VALOR ECONÔMICO, 25/08/2014).

Entretanto, o fraco desempenho econômico e o aumento da desconfiança em relação ao Brasil, no que se refere a contabilidade criativa, fortaleceu o aumento da inflação. Conforme relata Cagnin (2013) O processo de aceleração inflacionária, que teve início no final de 2012 e se estendeu pelo primeiro semestre de 2013, associado ao resultado decepcionante do crescimento econômico de 2012, explicitou os dilemas do regime de política macroeconômica e os limites da própria estratégia de flexibilização, que caracterizou o primeiro biênio do governo Dilma. O combate à inflação, que havia cedido espaço para a busca de um crescimento econômico mais acelerado, voltou a ocupar o topo das prioridades do governo em 2013. Assim,

diante da manutenção da política de metas de inflação, a autoridade monetária acabou respondendo às pressões inflacionárias, levando ao início de uma nova fase de elevação da taxa básica de juros.

Em um cenário de baixo crescimento econômico, o Banco Central com o intuito de conter a inflação eleva a taxa de juros e conseqüentemente restringe o consumo, o crédito, e o investimento. Essas medidas restritivas adotadas em 2013, justificam em parte o fraco desempenho em 2014. Rodrigues (2016, p. 71) faz uma breve análise do primeiro governo Dilma através dos resultados econômicos 2010-2014.

Quando analisado o primeiro governo Dilma em sua totalidade, fica evidente um ambiente de inflação elevada e não convergente para a meta, redução do investimento público e privado, redução do superávit primário, desaceleração do consumo das famílias, queda na atividade industrial, depreciação cambial, queda nas exportações, desaceleração da atividade varejista.

Todavia o desempenho do mercado de trabalho diferencia-se dos demais indicadores econômicos. As taxas de desemprego, já bastante baixas, não sentiram o impacto da desaceleração da economia, continuaram em queda e a formalização do emprego avançou, embora se encontre em desaceleração no que diz respeito aos anos anteriores. Outro dado positivo para os trabalhadores foi o ganho real obtido nas negociações salariais.

O processo de formalização do mercado de trabalho no primeiro mandato da presidente Dilma continuou em andamento, mesmo com as medidas de contenção no início do governo. O trabalho formal chegou a superar os autônomos e os sem carteira assinada, embora tenha sido registrada queda na geração de novos postos de trabalho em relação à 2010, “alcançou 53,0% do total dos trabalhadores ativos”. RODRIGUES (2016, p.73).

Dentre os setores considerados pelo IBGE, destacou-se positivamente em relação à criação de vagas formais o setor de serviços e o setor de comércio, paradoxalmente, o setor da indústria geral e da construção civil seguiu em queda.

As causas que levaram ao bom desempenho destes setores, foram o estímulo ao consumo com a redução dos juros pelos bancos públicos e a política de valorização do salário mínimo. Logo, o emprego encontrou apoio na demanda interna e nas desonerações, que estimulou a manutenção do quadro de funcionários em meio à desaceleração econômica.

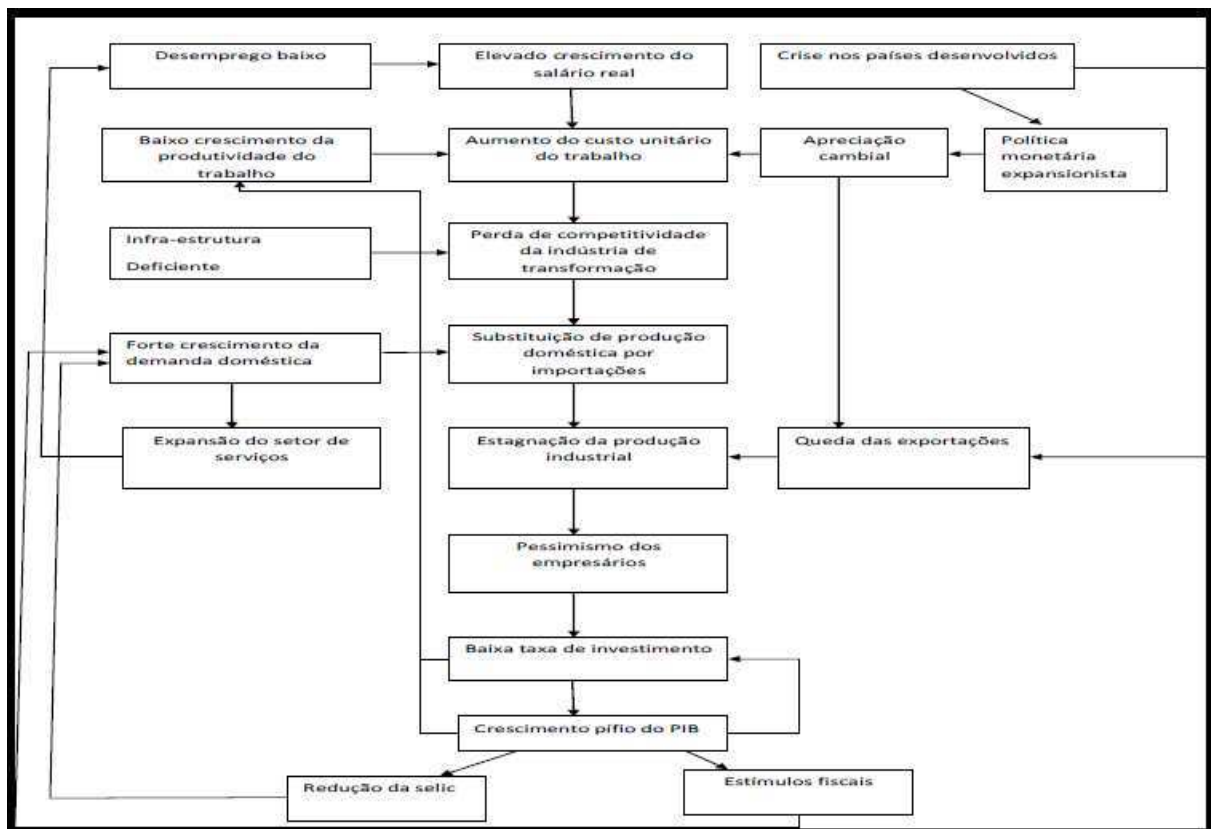
Assim, em vez de o país buscar a estabilidade financeira garantida por uma taxa de câmbio competitiva, decidiu consumir no curto prazo e apresentar déficits crônicos em conta corrente; e em vez de visar o aumento da produtividade pela industrialização, ou, mais genericamente, pela transferência de mão de obra de setores com baixo valor adicionado *per*

capita para setores com alto valor adicionado *per capita*, que são tecnologicamente mais sofisticados e pagam maiores salários, o Brasil, aceita reduzir o aumento da produtividade da economia através da transferência inversa. BRESSER PEREIRA (2013).

Ainda segundo o autor, o setor primário (agricultura, pecuária e mineração) não tem capacidade de absorver o desemprego industrial (ou a falta do aumento de postos ofertados), quem absorve a mão de obra é o setor de serviços, inclusive o setor comercial que é alimentado pelas importações. E temos assim a situação aparentemente paradoxal de baixo crescimento e pleno emprego.

A lógica da estagnação com pleno-emprego no Brasil pode ser visualizada na Figura abaixo.

Figura 2- O Ciclo Vicioso da Estagnação com Pleno-Emprego



Fonte: OREIRO, 2013.

4 METODOLOGIA

Metodologia “é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”(ANDRADE, 2010, p.117).

Esta pesquisa, de acordo com seus objetivos, foi de caráter descritivo, pois procura analisar o panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff sob o enfoque no ajuste fiscal e no mercado de trabalho. Conforme Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

Na pesquisa descritiva, cabe ao pesquisador fazer o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele. Ele deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como fonte de pesquisa para a primeira parte do estudo, utilizando-se de material que serviu de embasamento para as abordagens teóricas sobre o tema, como a evolução histórica das noções de trabalho e emprego e as políticas empregadas no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff e sua relação com o mercado de trabalho. Isso porque a mesma tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema e dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa.

Ainda de acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos.

Na análise dos resultados, o trabalho utilizou-se de uma pesquisa quantitativa, através de técnicas estatísticas, aplicando em números as informações a serem analisadas. Este tipo de pesquisa, para Fonseca (2002), recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

A Relação Anual de Informações Sociais foi selecionada como documento formal para obtenção dos dados por ser um relatório de informações socioeconômicas apresentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e usado pelo governo brasileiro para alimentar o banco de dados dos sistemas de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Seguro Desemprego, Abono Salarial, Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Foi apresentada a trajetória dos números considerando o emprego formal e sua remuneração (por setor, distribuição geográfica, sexo, faixa etária, e tamanho do estabelecimento), baseada nos resultados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais 2014. Estes cortes setoriais e geográficos tem por finalidade monitorar a evolução desses indicadores.

A escolha da RAIS se deu pela grande quantidade e variedade de informações que são disponibilizadas pela mesma, pela importância para o acompanhamento, caracterização e elaboração de diagnósticos sobre o mercado de trabalho formal e o fornecimento de subsídios às políticas públicas de formação de mão-de-obra, de política salarial e como orientação aos investimentos públicos.

5 ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2011-2014

Instituída pelo Decreto n.º 76.900/75, de 23 de dezembro de 1975, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um Registro Administrativo, de âmbito nacional, de periodicidade anual e de declaração obrigatória para todos os estabelecimentos, inclusive para aqueles que não registraram vínculos empregatícios no exercício (MTE, 02/10/2017). Constitui uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, que permite o acompanhamento e a caracterização do emprego formal.

O tratamento estatístico das informações provenientes da RAIS possibilita a obtenção de dados mais desagregados em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, chegando em nível de município, classes de atividades econômicas e ocupações. Em razão de sua multiplicidade de informações de interesse social possui um enorme potencial como fonte de dados, capaz de subsidiar os diagnósticos e fundamentar as políticas públicas de emprego e renda, possibilitando aos gestores delinear, com maior precisão, ações que reduzam as disparidades sociais.

Os dados da RAIS abrangem todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros), adotando os mesmos recortes setoriais e geográficos, com a finalidade de monitorar a evolução desses indicadores, inclusive segundo gênero, grau de instrução, raça/cor e porte de estabelecimentos. Por outro lado, as maiores desvantagens referem-se à omissão das declarações dos estabelecimentos e às declarações fora do prazo, além do problema de declarações agregadas na matriz, quando a norma seria fornecer as informações por estabelecimentos.

Neste capítulo, será exposto a trajetória dos números obtidos através da RAIS 2014, considerando o emprego formal e sua remuneração por setores, distribuição geográfica, sexo e instrução, faixa etária e tamanho do estabelecimento.

Ao longo do ano de 2014, verificou-se uma desaceleração das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no acumulado em quatro trimestres, conforme os dados da RAIS 2014, o nível de emprego formal cresceu 1,27% em relação ao estoque de trabalhadores formais de 2013, o que correspondeu em termos absolutos, a um incremento de +623.077 postos de trabalho. Tal resultado corrobora a trajetória de crescimento do emprego formal, porém em um ritmo menor, como mostra o Quadro 1.

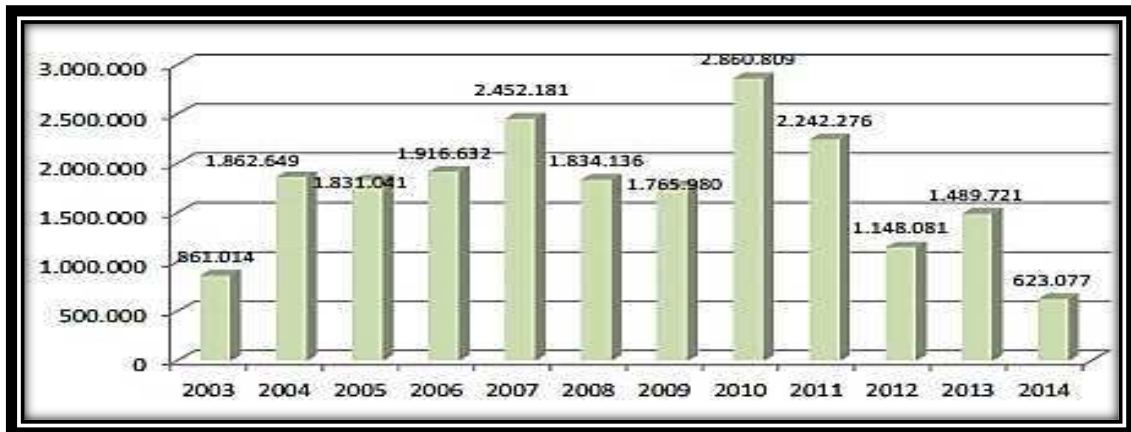
Quadro 1 - Brasil - Números de Empregos, Variação Absoluta e Relativa

Ano	Nº Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.158.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-197.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,48
2010	44.068.355	2.860.809	6,94
2011	46.310.631	2.242.276	5,09
2012	47.458.712	1.148.081	2,48
2013	48.948.433	1.489.721	3,14
2014	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

Quando se confrontam a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2014 (0,1%) com o crescimento do emprego formal segundo a RAIS (1,27%), observa-se um maior dinamismo de mercado de trabalho em relação ao nível de atividade econômica. Os dados demonstram que a redução do ritmo do crescimento do PIB não influenciou o crescimento de empregos formais, o que parece comprovar a hipótese que outros indicadores têm um papel importante na análise da dinâmica do mercado de trabalho formal, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Brasil - Evolução da Geração de Empregos para o Total das Atividades Econômicas



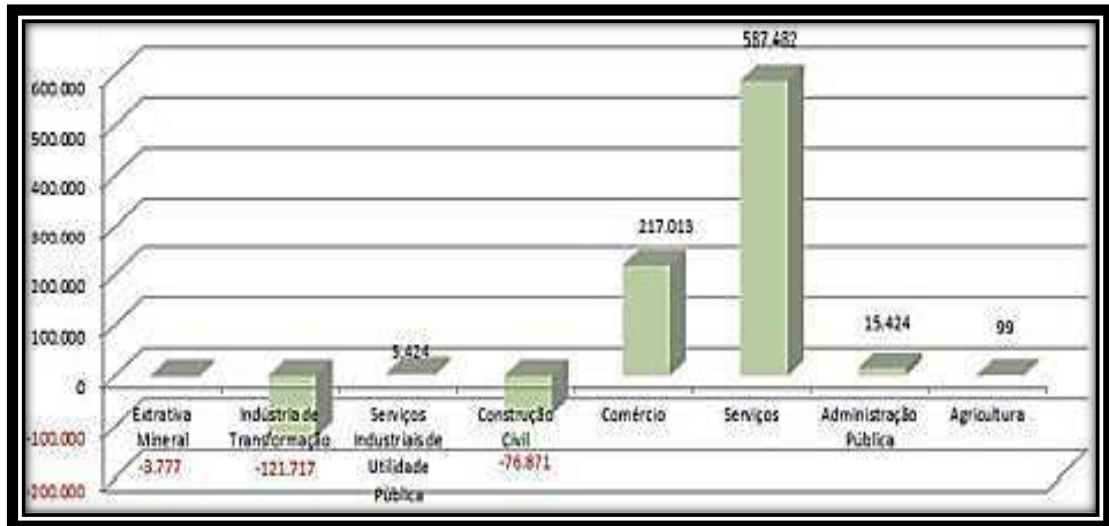
Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

Em 2014, os rendimentos médios reais dos trabalhadores apresentaram um aumento real de 1,76% em relação ao mês de dezembro de 2013, percentual inferior ao ocorrido naquele ano (3,18%). Esse ganho real originou-se da elevação da remuneração de R\$2.406,83 em 2013 para R\$2.449,11 em 2014, dando sequência à trajetória de crescimento da remuneração observada nos últimos anos.

5.1 Emprego e Remuneração por Setor

Em termos setoriais, os dados da RAIS revelam que, dos oito setores de atividade econômica, cinco apresentaram expansão no nível de emprego em 2014 em relação ao estoque do ano anterior. Os setores que mais contribuíram para a criação de emprego formal foram: Serviços (+587,5 mil postos ou +3,51%) e Comércio (+217,0 mil postos ou +2,28%). Em contraste, aqueles que tiveram as maiores quedas foram: Indústria de Transformação (-121,7 mil ou -1,47%) e Construção Civil (-76,9 mil ou 2,66%), de acordo com o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Brasil - Variação Absoluta do Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica (2014/2013)



Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

O resultado positivo para o setor Serviços pode ser atribuído ao aumento do contingente de empregados em todos os subsetores que o integram. Destaca-se que os maiores incrementos ocorreram nos subsetores Alojamento e Comunicação com +162,0 mil empregos, Ensino com +130,3 mil postos, seguidos pelos Serviços Médicos e Odontológicos com +116,5 mil postos e Serviços de Administração Técnica com +107,6 mil postos.

No que tange ao Comércio, foi o subsetor do Comércio Varejista que contribuiu, em grande medida, na geração de postos de trabalho, totalizando o incremento de 160,4 mil empregos em 2014 frente a 56,6 mil postos no Comércio Atacadista, conforme se verifica no Quadro 2.

Quadro 2 - Brasil - Número de Empregos em 31/12 por Setor e Subsetor de Atividade Econômica

Setor/Subsetor de Atividade Econômica	2013	2014	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	261.383	257.606	-3.777	-1,45
Indústria de transformação	8.292.739	8.171.022	-121.717	-1,47
Prod. Mineral Não Metálico	457.617	454.512	-3.105	-0,68
Indústria Metalúrgica	808.909	770.894	-38.015	-4,70
Indústria Mecânica	653.809	633.030	-20.779	-3,18
Elétrico e Comunic	308.612	297.181	-11.431	-3,70
Material de Transporte	631.129	591.072	-40.057	-6,35
Madeira e Mobiliário	485.543	480.545	-4.998	-1,03
Papel e Gráf	407.051	405.698	-1.353	-0,33
Borracha, Fumo, Couros	341.875	337.446	-4.429	-1,30
Indústria Química	952.017	950.919	-1.098	-0,12
Indústria Têxtil	1.017.429	997.677	-19.752	-1,94
Indústria Calçados	327.895	309.288	-18.607	-5,67
Alimentos e Bebidas	1.900.853	1.942.760	41.907	2,20
Serviços Indust. de utilidade pública	444.674	450.098	5.424	1,22
Construção Civil	2.892.557	2.815.686	-76.871	-2,66
Comércio	9.511.094	9.728.107	217.013	2,28
Comércio Varejista	7.926.938	8.087.377	160.439	2,02
Comércio Atacadista	1.584.156	1.640.730	56.574	3,57
Serviços	16.726.013	17.313.495	587.482	3,51
Instituição Financeira	850.020	865.950	15.930	1,87
Adm Técnica Profissional	5.403.983	5.511.578	107.595	1,99
Transporte e Comunicações	2.724.142	2.779.158	55.016	2,02
Aloj Comunic	4.155.941	4.317.987	162.046	3,90
Médicos Odontológicos Vet	1.801.485	1.918.019	116.534	6,47
Ensino	1.790.442	1.920.803	130.361	7,28
Administração Pública	9.340.409	9.355.833	15.424	0,17
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.479.564	1.479.663	99	0,01
TOTAL	48.948.433	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

A Indústria de Transformação registrou queda no nível de emprego formal, com a redução de 1,47% ou -121,7 mil postos de trabalho. Tal desempenho foi influenciado, principalmente, pela queda de postos de trabalho nos onze dos doze ramos que o integram. Apenas a Indústria de Produtos Alimentícios registrou incremento na geração de empregos. A perda de dinamismo na geração de empregos formais na Indústria de Transformação está em consonância com a queda de 3,8% do setor no PIB em 2014.

O Setor Construção Civil apresentou resultado negativo de -76,9 mil postos de trabalho ou -2,66%, isso se deu pela perda de dinamismo no consumo das famílias, aumento das taxas de juros e menor volume de crédito no setor. A Agricultura apresentou relativa estabilidade no nível de emprego formal (+0,01% ou +99 postos de trabalho).

Setorialmente, em 2014, todos os oito setores de atividade econômica apresentaram expansão nos rendimentos médios reais com destaque para: Administração Pública (+2,60%) e Serviços (+2,22%) que registraram aumentos superiores à média da totalidade dos setores (+1,76%). O aumento real do rendimento médio no Setor Serviços derivou-se do ganho real em todos os segmentos que o integram principalmente em Serviços de Ensino (+4,08%) e Instituições Financeiras (+2,31%). O único ramo que registrou redução nos rendimentos reais em relação ao ano anterior foi a Indústria Mecânica (-0,64%), por consequência da alta dos juros, maior seletividade para o crédito, entre outros, segundo o Quadro 3.

Quadro 3 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro por Setor e Subsetor, em Reais, a Preços de Dez/2014 (*)

Setor/Subsetor de Atividade Econômica	2013	2014	Variação Relativa (%)
Extrativa Mineral	5.790,47	5.838,45	0,83
Indústria de Transformação	2.416,13	2.439,64	0,97
Prod. Mineral Não Metálico	1.859,15	1.927,28	3,66
Indústria Metalúrgica	2.611,63	2.646,75	1,34
Indústria Mecânica	3.175,34	3.155,11	-0,64
Elétrico e Comunic	2.785,48	2.872,93	3,14
Material de Transporte	4.029,86	4.055,70	0,64
Madeira e Mobiliário	1.637,86	1.680,41	2,60
Papel e Gráf	2.719,42	2.753,17	1,24
Borracha, Fumo, Couros	2.343,40	2.396,13	2,25
Indústria Química	3.607,99	3.648,77	1,13
Indústria Têxtil	1.469,77	1.507,78	2,59
Indústria Calçados	1.293,34	1.330,52	2,87
Alimentos e Bebidas	1.843,88	1.867,63	1,29
Serviço Utilidade Pública	3.985,91	4.052,42	1,67
Construção Civil	2.045,56	2.055,00	0,46
Comércio	1.627,84	1.645,92	1,11
Comércio Varejista	1.479,14	1.495,01	1,07
Comércio Atacadista	2.372,10	2.389,76	0,74
Serviços	2.350,42	2.402,67	2,22
Instituição Financeira	5.448,72	5.574,51	2,31
Adm Técnica Profissional	2.169,91	2.215,13	2,08
Transporte e Comunicações	2.339,64	2.380,71	1,76
Aloj e Comunicação	1.559,05	1.572,37	0,85
Médicos Odontológicos Vet	2.265,29	2.313,48	2,13
Ensino	3.321,49	3.456,25	4,06
Administração Pública	3.393,07	3.481,25	2,60
Agricultura	1.451,89	1.465,96	0,97
Total	2.406,83	2.449,11	1,76

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

5.2 Emprego e Remuneração por Distribuição Geográfica

Os dados segundo o recorte geográfico evidenciam que em 2014 houve expansão em todas as regiões. Em termos absolutos, a região Nordeste (+206,1 mil postos) registrou a maior

geração de emprego, seguida pela regiões Sudeste (+169,5 mil postos), Sul (+134,9 mil postos), Norte (+58,2 mil postos) e Centro Oeste (+54,3 mil postos). Da mesma forma, em termos relativos, a liderança no incremento de empregos formais coube à região Nordeste (+2,31%). Em sequência vêm Norte (+2,12%), Sul (+1,60%), Centro Oeste (+1,28%) e Sudeste (+0,69%).

No que diz respeito às Unidades da Federação, verificou-se expansão quase generalizada do emprego, com exceção do estado do Amazonas em função particularmente do desempenho da Indústria de Transformação e da Construção Civil.

Com relação a região Nordeste, o crescimento do emprego originou-se da expansão de todas as Unidades da Federação. Os estados que mais contribuíram foram: Bahia, devido ao desempenho positivo dos setores Serviços e Comércio; Ceará, em razão das atividades relacionadas ao Serviço, Comércio e Construção Civil; e Paraíba, cujo incremento do emprego é devido principalmente aos Serviços, de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4 - Brasil - Número de Empregos, Variação Absoluta e Relativa por Nível Geográfico 2013 e 2014

UF	Empregos		Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
	2013	2014		
NORTE	2.743.248	2.801.469	58.221	2,12
Rondônia	367.645	374.101	6.456	1,76
Acre	129.232	133.161	3.929	3,04
Amazonas	644.411	642.920	-1.491	-0,23
Roraima	92.157	94.320	2.163	2,35
Pará	1.125.536	1.148.221	22.685	2,02
Amapá	126.731	132.833	6.102	4,81
Tocantins	257.536	275.913	18.377	7,14
NORDESTE	8.926.710	9.132.863	206.153	2,31
Maranhão	721.490	738.826	17.336	2,40
Piauí	444.121	457.730	13.609	3,06
Ceará	1.495.923	1.552.447	56.524	3,78
Rio Grande do Norte	617.645	632.140	14.495	2,35
Paraíba	659.242	679.180	19.938	3,02
Pernambuco	1.758.482	1.768.543	10.061	0,57
Alagoas	509.125	514.391	5.266	1,03
Sergipe	405.775	417.023	11.248	2,77
Bahia	2.314.907	2.372.583	57.676	2,49
SUDESTE	24.623.001	24.792.464	169.463	0,69
Minas Gerais	5.057.080	5.071.906	14.826	0,29
Espírito Santo	954.791	967.728	12.937	1,35
Rio de Janeiro	4.586.790	4.641.380	54.590	1,19
São Paulo	14.024.340	14.111.450	87.110	0,62
SUL	8.415.302	8.550.246	134.944	1,60
Paraná	3.121.384	3.167.134	45.750	1,47
Santa Catarina	2.210.927	2.273.933	63.006	2,85
Rio Grande do Sul	3.082.991	3.109.179	26.188	0,85
CENTRO-OESTE	4.240.172	4.294.468	54.296	1,28
Mato Grosso do Sul	635.625	653.578	17.953	2,82
Mato Grosso	792.868	804.530	11.662	1,47
Goiás	1.509.395	1.514.532	5.137	0,34
Distrito Federal	1.302.284	1.321.828	19.544	1,50
Total	48.948.433	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

Os dados de remuneração por Unidades da Federação mostram que com exceção do Distrito Federal (-2,14%), as demais revelaram aumentos reais nos rendimentos auferidos em 2014 pelos trabalhadores. As maiores elevações ocorreram nos estados de Tocantins (+9,03%),

Acre (+4,79%), Mato Grosso (+4,3%), Goiás (+3,93%) e Santa Catarina (+3,75%). No que se refere às distâncias entre os dados de rendimento médio da RAIS para as Unidades da Federação, percebe-se que o processo de redução das disparidades continua, dando sequência ao comportamento registrado em anos anteriores. Em 2014, a diferença entre o maior e o menor salário foi da ordem de 146,44%, ante 158,13% em 2013, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro, em Reais, por Região e Unidade da Federação e preços de Dez/2014 (*)

Nível Geográfico	2014			2013			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Rondônia	2.346,70	1.947,19	2.171,82	2.320,17	1.892,61	2.136,46	1,14	2,88	1,65
Acre	2.409,24	2.336,93	2.376,93	2.275,29	2.259,64	2.268,23	5,89	3,42	4,79
Amazonas	2.501,75	2.103,45	2.330,52	2.467,10	2.094,49	2.309,68	1,40	0,43	0,90
Roraima	2.672,99	2.501,42	2.587,92	2.589,45	2.455,19	2.523,17	3,23	1,88	2,57
Pará	2.245,69	2.088,07	2.183,24	2.214,46	2.075,23	2.159,31	1,41	0,62	1,11
Amapá	2.867,90	2.842,26	2.856,38	2.769,25	2.784,04	2.775,72	3,56	2,09	2,91
Tocantins	2.340,48	2.187,32	2.271,96	2.114,41	2.046,99	2.083,88	10,69	6,86	9,03
Norte	2.374,37	2.149,70	2.279,37	2.317,55	2.110,70	2.230,70	2,45	1,85	2,18
Maranhão	2.027,78	1.820,24	1.933,86	1.982,98	1.788,94	1.896,73	2,26	1,75	1,96
Piauí	1.966,76	1.831,66	1.907,02	1.892,23	1.797,52	1.851,01	3,94	1,90	3,03
Ceará	1.858,27	1.677,19	1.779,11	1.812,79	1.635,45	1.735,61	2,51	2,55	2,51
Rio Grande do Norte	2.104,63	1.916,17	2.024,55	2.056,21	1.876,74	1.981,24	2,35	2,30	2,19
Paraíba	1.861,83	1.747,55	1.813,12	1.791,10	1.692,00	1.749,13	3,95	3,28	3,66
Pernambuco	2.090,11	1.903,90	2.011,89	2.058,22	1.860,00	1.977,59	1,55	2,36	1,73
Alagoas	1.892,33	1.815,33	1.862,46	1.802,79	1.797,12	1.800,67	4,97	1,01	3,43
Sergipe	2.212,28	2.041,95	2.140,20	2.204,82	2.011,91	2.124,20	0,34	1,49	0,75
Bahia	2.101,14	1.924,81	2.025,35	2.041,87	1.860,19	1.964,46	2,90	3,47	3,10
Nordeste	2.021,20	1.850,25	1.947,97	1.971,45	1.804,49	1.901,05	2,52	2,54	2,47
Minas Gerais	2.283,39	1.829,65	2.083,44	2.252,54	1.787,83	2.051,73	1,59	2,34	1,79
Espirito Santo	2.422,77	1.947,58	2.218,97	2.335,26	1.913,70	2.155,96	3,75	1,77	2,92
Rio de Janeiro	3.199,07	2.489,50	2.901,73	3.125,51	2.434,90	2.838,11	2,35	2,24	2,24
São Paulo	3.030,10	2.371,79	2.740,42	2.994,65	2.335,10	2.708,70	1,18	1,57	1,17
Sudeste	2.886,90	2.265,31	2.616,62	2.841,63	2.223,57	2.576,04	1,59	1,88	1,58
Paraná	2.504,87	2.058,67	2.303,78	2.467,98	2.023,83	2.269,94	1,49	1,72	1,49
Santa Catarina	2.534,62	2.005,95	2.296,66	2.442,22	1.932,86	2.213,73	3,78	3,78	3,75
Rio Grande do Sul	2.636,38	2.140,40	2.408,21	2.569,28	2.058,62	2.336,03	2,61	3,97	3,09
Sul	2.559,96	2.074,93	2.339,79	2.497,93	2.013,18	2.279,52	2,48	3,07	2,64
Mato Grosso do Sul	2.412,73	2.131,57	2.295,63	2.369,54	2.065,95	2.245,78	1,82	3,18	2,22
Mato Grosso	2.383,03	2.117,39	2.278,71	2.287,11	2.020,59	2.184,31	4,19	4,79	4,32
Goiás	2.258,20	1.947,13	2.123,60	2.161,36	1.889,33	2.043,27	4,48	3,06	3,93
Distrito Federal	4.368,96	4.410,61	4.384,44	4.392,66	4.632,24	4.480,30	-0,54	-4,78	-2,14
Centro-Oeste	2.992,24	2.707,17	2.877,09	2.945,82	2.715,89	2.853,84	1,58	-0,32	0,81
Total	2.651,52	2.184,65	2.449,11	2.605,87	2.144,20	2.406,83	1,83	1,89	1,76

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

5.3 Emprego e Remuneração por Sexo e Instrução

Em 2014, os dados demonstram uma maior elevação do emprego feminino (2,35%), ante ao incremento do masculino (0,46%), em relação ao ano anterior. Embora o estoque de emprego do sexo masculino seja superior ao feminino, em termos absolutos, o incremento de empregos formais femininos correspondeu à +493 mil postos e do sexo masculino, +130 mil

postos. Consta-se assim, a continuidade do processo do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal que passou de 42,79% em 2013 para 43,25% em 2014.

Quanto ao grau de instrução a participação feminina supera a masculina nos níveis de instrução Superior Incompleto (+52,28%) e Superior Completo (+58,86%). Verificou-se aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, com exceção do Superior Completo e Médio Completo e observou-se uma redução em 2014 da participação feminina no nível de instrução Superior Completo comparativamente ao ano de 2013. Nas faixas de grau de instrução Analfabeto e Ensino Médio Incompleto, há uma tendência de queda no montante de empregos formais, tanto para homens quanto para mulheres, caracterizando um maior número de trabalhadores informais.

Ainda, os dados apontam que a composição do trabalho formal em 2014, conforme se observou nos anos anteriores, consiste majoritariamente de trabalhadores com escolaridade igual ou superior ao Ensino Médio Completo, segundo o Quadro 6.

Quadro 6 - Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Sexo e por Grau de Instrução

GRAU DE INSTRUÇÃO	2013			2014			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)			Participação Mulher (%)	
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	2013	2014
Analfabeto	141.524	21.515	163.039	134.630	21.949	156.579	-6.894	434	-6.460	-4,87	2,02	-3,96	13,20	14,02
Até 5ª Incompleto	1.166.705	348.246	1.514.951	1.111.552	333.992	1.445.544	-55.153	-14.254	-69.407	-4,73	-4,09	-4,58	22,99	23,10
5ª Completo Fundamental	1.222.981	461.479	1.684.460	1.115.800	422.113	1.537.913	-107.181	-39.366	-146.547	-8,76	-8,53	-8,70	27,40	27,45
6ª a 9ª Fundamental	2.283.078	917.121	3.200.199	2.139.074	882.682	3.021.756	-144.004	-34.439	-178.443	-6,31	-3,76	-5,58	28,66	29,21
Fundamental Completo	3.795.330	1.802.939	5.598.269	3.623.784	1.736.192	5.359.976	-171.546	-66.747	-238.293	-4,52	-3,70	-4,26	32,21	32,39
Médio Incompleto	2.415.797	1.308.087	3.723.884	2.355.614	1.297.681	3.653.295	-60.183	-10.406	-70.589	-2,49	-0,80	-1,90	35,13	35,52
Médio Completo	12.363.760	9.773.946	22.137.706	12.780.753	10.070.950	22.851.703	416.993	297.004	713.997	3,37	3,04	3,23	44,15	44,07
Superior Incompleto	898.822	980.403	1.879.225	891.954	977.145	1.869.099	-6.868	-3.258	-10.126	-0,76	-0,33	-0,54	52,17	52,28
Superior Completo	3.715.634	5.331.066	9.046.700	3.980.489	5.695.156	9.675.645	264.855	364.090	628.945	7,13	6,83	6,95	58,93	58,86
Total	28.003.631	20.944.802	48.948.433	28.133.650	21.437.860	49.571.510	130.019	493.058	623.077	0,46	2,35	1,27	42,79	43,25

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

Os rendimentos médios dos homens em 2014 registraram um aumento real de 1,83% percentual inferior ao obtido para as mulheres (1,89%). Tais elevações dão continuidade à trajetória de crescimento, resultante da passagem de R\$2.603,87, em 2013, para R\$2.651,52, em 2014, no caso dos homens, e de R\$2.144,20 para R\$2.184,65, no que se refere às mulheres.

Os dados de remuneração por grau de instrução indicam que as maiores elevações, em termos relativos, ocorreram nas faixas mais baixas de escolaridade (Analfabeto +1,69%; até 5º Ano Incompleto +1,23%; até 5º Ano Fundamental Completo +1,85%; 6º a 9º Ano Fundamental

Incompleto +1,12%), devido a maior associação do rendimento estas faixas de escolaridade com os ganhos reais do salário mínimo, mais expressivos comparativamente aos demais tipos de rendimento do trabalho, de acordo com o Quadro 7.

Quadro 7 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro por Grau de Instrução, em Reais, a Preços de Dez/2014 (*)

GRAU DE INSTRUÇÃO	2013			2014			Variação Relativa (%)			Rel (%) Mulher / Homens
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Analfabeto	1.196,75	988,35	1.169,97	1.217,54	1.015,07	1.189,77	1,74	2,70	1,69	83,37
Até 5ª Incompleto	1.510,79	1.094,16	1.415,02	1.529,53	1.109,71	1.432,42	1,24	1,42	1,23	72,55
5ª Completo Fundamental	1.673,65	1.136,26	1.527,50	1.708,28	1.148,54	1.555,74	2,07	1,08	1,85	67,23
6ª a 9ª Fundamental	1.656,62	1.116,82	1.503,11	1.677,53	1.134,30	1.519,92	1,26	1,57	1,12	67,62
Fundamental Completo	1.730,11	1.226,12	1.568,18	1.744,46	1.241,81	1.581,94	0,83	1,28	0,88	71,19
Médio Incompleto	1.577,99	1.137,89	1.423,42	1.584,53	1.145,61	1.428,62	0,41	0,68	0,37	72,30
Médio Completo	2.089,44	1.479,13	1.820,09	2.102,93	1.490,54	1.833,06	0,65	0,77	0,71	70,88
Superior Incompleto	3.197,65	2.174,07	2.664,59	3.155,29	2.156,76	2.633,88	-1,32	-0,80	-1,15	68,35
Superior Completo	6.865,70	4.167,45	5.271,07	6.723,60	4.146,33	5.202,76	-2,07	-0,51	-1,30	61,67
Mestrado	8.060,71	5.546,18	6.666,56	8.227,10	5.602,44	6.743,95	2,06	1,01	1,16	68,10
Doutorado	10.858,70	8.630,22	9.823,54	11.052,25	8.611,03	9.880,71	1,78	-0,22	0,58	77,91
Total	2.603,87	2.144,20	2.406,83	2.651,52	2.184,65	2.449,11	1,83	1,89	1,76	82,39

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

A remuneração do trabalho nos graus de instrução Superior Completo e Incompleto registrou queda de 1,30% e 1,15%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

Considerando conjuntamente os rendimentos por grau de instrução e por sexo, a elevação nos rendimentos médios dos homens de 1,83% e das mulheres de 1,89%, originou-se de ganhos em quase todos os níveis de escolaridade, com exceção para os níveis de grau de instrução Superior Completo e Superior Incompleto.

O maior diferencial entre os rendimentos dos homens e das mulheres continua se concentrando no nível Superior Completo (61,67%), e o menor no grau de instrução dos analfabetos, cujo percentual de representatividade dos rendimentos das mulheres é da ordem de (83,37%).

5.4 Emprego e Remuneração por Faixa Etária

Por faixa etária os dados demonstram que os empregos formais concentram-se na população entre 30 e 49 anos, correspondendo a 51,5% do total do estoque. Diferentemente do ano de 2013, que houve aumento generalizado do emprego segundo faixa etária, verifica-se em

2014, de um lado, o incremento do emprego na população acima de 30 anos, e de outro, redução no nível do emprego na faixa entre 17 a 29 anos, como é possível ver no Quadro 8.

Quadro 8 - Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Faixa Etária

Faixa Etária	2013	2014	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Até 17	538.426	533.916	-4.510	-0,84
18 A 24	7.906.014	7.715.114	-190.900	-2,41
25 A 29	7.765.329	7.710.854	-54.475	-0,70
30 A 39	14.663.486	14.904.533	241.047	1,64
40 A 49	10.428.627	10.626.634	198.007	1,90
50 A 64	7.161.535	7.551.692	390.157	5,45
65 OU MAIS	484.704	528.517	43.813	9,04
Total	48.948.121	49.571.260	623.139	1,27

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/MTE

5.5 Emprego e Remuneração por Tamanho do Estabelecimento

Os dados que dizem respeito ao tamanho dos estabelecimentos indicam aumento quase generalizado no nível de emprego em 2014. Os destaques positivos são os estabelecimentos de até 4 vínculos (+3,11%), de 10 a 19 vínculos (+2,68%) e de 5 a 9 vínculos (+2,61%). Apenas os estabelecimentos de 500 a 999 vínculos apresentaram redução de de -0,38% na geração de empregos em relação a 2013.

Em termos absolutos, os maiores incrementos se concentraram nos extremos: estabelecimentos até 4 vínculos (+128 mil postos) e de 1000 ou mais vínculos (+123,5 mil postos). Os estabelecimentos de 500 a 999 vínculos apresentaram queda de 15,54 mil empregos formais, apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 - Brasil - Estoque de Emprego, Variação Absoluta e Relativa por Tamanho do Estabelecimento

Estabelecimento	2013	2014	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Até 4 vínculos	4.120.490	4.248.594	128.104	3,11
De 5 a 9 vínculos	4.080.911	4.187.589	106.678	2,61
De 10 a 19 vínculos	4.560.085	4.682.083	121.998	2,68
De 20 a 49 vínculos	5.847.930	5.952.628	104.698	1,79
De 50 a 99 vínculos	4.049.290	4.083.085	33.795	0,83
De 100 a 249 vínculos	5.152.902	5.162.906	10.004	0,19
De 250 a 499 vínculos	4.169.913	4.179.806	9.893	0,24
De 500 a 999 vínculos	4.110.102	4.094.605	-15.497	-0,38
1000 ou Mais vínculos	12.856.498	12.979.964	123.466	0,96
Total	48.948.121	49.571.260	623.139	1,27

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM

Todas as faixas de estabelecimentos tiveram aumento real nos rendimentos médio em 2014. As faixas com maiores aumentos foram nos estabelecimentos com 1000 ou mais vínculos (+2,60%), de 5 a 9 vínculos (+2,50%) e de 10 a 19 vínculos (+2,44%). Nota-se correlação positiva entre o tamanho do estabelecimento e os rendimentos sob a perspectiva de que os estabelecimentos maiores empregam mão de obra mais qualificada e, assim, melhor remunerada, de acordo com o Quadro 10.

Quadro 10 - Brasil - Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez/2014 (*) por Tamanho do Estabelecimento

Tamanho Estabelecimento	2013	2014	Var. relativa (%)
Até 4 vínculos	1.237,15	1.266,04	2,34
De 5 a 9 vínculos	1.469,69	1.506,41	2,50
De 10 a 19 vínculos	1.672,02	1.712,84	2,44
De 20 a 49 vínculos	1.882,26	1.920,28	2,02
De 50 a 99 vínculos	2.124,69	2.161,25	1,72
De 100 a 249 vínculos	2.421,34	2.462,85	1,71
De 250 a 499 vínculos	2.699,21	2.717,35	0,67
De 500 a 999 vínculos	2.859,32	2.869,28	0,35
1000 ou Mais vínculos	3.429,22	3.518,48	2,60
Total	2.406,83	2.449,11	1,76

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é o principal meio de sobrevivência, é por meio dele que o homem atua, desenvolve habilidades, estabelece relações interpessoais, se auto-realiza e altera o meio em que vive. Ao longo do tempo, novas relações de trabalho surgiram e a ideia de emprego nasce como forma de venda da força de trabalho em troca de uma remuneração.

Em contrapartida, surge o desemprego como a exclusão do indivíduo como fator produtivo. O desemprego não é um problema só no Brasil, mas em todo o mundo. O mesmo acarreta problemas não só para o desempregado, mas para o Estado, para a sociedade, agravando assim os problemas sociais.

A geração de emprego e renda está diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento, assegurando a qualidade de vida, diminuição das desigualdades e bem-estar da população; o emprego constitui para a grande maioria da população a única fonte de sobrevivência e em termos sociais a melhor forma de distribuição de renda.

Em termos específicos, a presidente Dilma Rousseff iniciou seu primeiro mandato com medidas fiscal e tributária restritivas, porém no segundo semestre de 2011, diante da crise internacional, foram adotadas medidas anticíclicas baseadas na redução das taxas de juros, na ampliação do crédito e no incremento dos gastos dispêndios públicos.

Surge a “nova matriz econômica” e nela o governo aposta em medidas de incentivo à indústria como: redução de impostos e desonerações das folhas de pagamento, com o objetivo de ampliar o emprego e/ou evitar o desemprego e ainda melhorar a competitividade, levando-as a investir mais. Todavia, a tentativa de fazer com que o investimento privado liderasse o crescimento não se cumpriu, apesar da elevação do faturamento das indústrias neste período.

A forte perda da participação do setor industrial no PIB nacional está relacionada a problemas de competitividade e aumento das importações.

Em um cenário de desaceleração da economia, baixo investimento do setor privado e inflação elevada, os juros voltam a subir, provocando a queda no consumo e no crédito.

Contudo, o mercado de trabalho diferenciou-se dos demais indicadores econômicos e não sentiu os impactos da desaceleração da economia. Diante desta alegação, o presente trabalho buscou analisar como o emprego formal conseguiu avançar diante de um quadro de crise econômica, através da conciliação do referencial teórico e da realidade do país.

Foram analisados os números obtidos na RAIS 2014, importante instrumento de acompanhamento e caracterização do mercado de trabalho formal, e, em relação ao trabalho, observou-se avanços na formalização do emprego formal, impulsionados pelos setores de serviços e comércio, queda na geração de empregos na indústria e construção civil, aumento nos rendimentos médios dos trabalhadores, principalmente nas faixas mais baixas de escolaridade, redução da desigualdade, uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e destaque para a região Nordeste na geração de novos postos de trabalho.

Dessa forma, concluímos que as políticas expansionistas de redução de juros, aumento real do salário e oferta de crédito, além da estagnação dos setores industriais e de construção civil, não tiveram mais a mesma capacidade, que no passado, de induzir o crescimento, todavia, as mesmas impuseram um aquecimento à economia local seguido de posterior endividamento de parte das famílias.

Elevou-se a importância dos ganhos sociais, ou seja, a redução das desigualdades na distribuição de renda, a diminuição dos níveis de pobreza e a formação de um mercado brasileiro consumidor mais amplo, isto é, através da melhoria no padrão de renda, verificou-se a expansão das classes econômicas, especificamente a ascensão social dos mais pobres, que aqueceram a demanda interna.

Por fim, as políticas públicas de emprego e renda permitiram a geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades, por meio de investimentos em setores estratégicos, houve o fortalecimento do sistema público de emprego, trabalho e renda e políticas que possibilitaram a transição da informalidade para as atividades formais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAÚJO, R. R. de; SACHUK, M. I. **Os Sentidos do Trabalho e suas Implicações na Formação dos Indivíduos Inseridos nas Organizações Contemporâneas**. Revista de Gestão USP, São Paulo, p. 53-66, v.14, n.1, Jan/Março, 2007.

BARRETO, T. da R. **Trabalhadores Informais e Desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”**. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX. 265f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <www.flexibilizacao.ufba.br/DissertacaoTheo.pdf> Acesso em : 09/08/2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente**. Novos estud. – CEBRAP nº 95, São Paulo Mar. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100001> Acesso em: 09/08/2017.

BUENO, F. da S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1988.

CAGNIN, R. et al. **A Gestão Macroeconômica do Governo Dilma (2011-2012)**. Novos Estudos CEBRAP nº97, São Paulo Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011> Acesso em: 22/08/2017.

CARLEIAL, L. M. da F. **Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff**. Estudos Avançados. São Paulo, vol. 29, nº 85, p. 201-214, Dez. 2015.

CURADO, M.; NASCIMENTO, G. M. **O Governo Dilma: da euforia ao desencanto**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, vol.36, nº128, p. 33-48, Jun 2015. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br> > Capa > v. 36, n. 128 (2015) > Curado Acesso em : 24/08/2017.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e e Técnicas de Pesquisa Social**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE-SIDRA, 2015. **Contas Nacionais**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em : <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>> Acesso em: 15/08/2017.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: HUCITEC; UNESP, 1999.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, M. do C. L.; SILVEIRA, S. B. **O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade**. PPG Linguística UFJF. Juiz de Fora, vol.16, nº1, p 149-165, 2012.

OREIRO, J. L. **A macroeconomia da estagnação com pleno emprego no Brasil**. Revista de Conjuntura, Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, ano XIII, n. 50, p. 32-36, mar. 2013. Disponível em: < https://issuu.com/corecondf/docs/revista_de_conjuntura_50 > Acesso em: 12/09/2017.

PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S. C. **Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição**. In: ANDERY, M. A. **Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

POCHMANN, M. **O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais**. Estudos av. São Paulo, vol.23, nº66, 2009.

_____. **O emprego na globalização**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2001.

RAIS 2014. Ministério do Trabalho. Disponível em: <portalfat.mte.gov.br/.../Características-do-Emprego-Formal-segundo-a-Relação-Anual..> Acesso em: 04/09/2017

RODRIGUES, R C. **O mercado de trabalho brasileiro durante o primeiro governo Dilma Rousseff: uma análise comparativa com as premissas Marxista, Utilitarista e Keynesiana**. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Mestrado em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Rio de Janeiro: CERP, Ago.2015.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Novos Estudos CEBRAP 102. São Paulo. Jul 2015.

TEIXEIRA, R.; PINTO, E. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dinâmica financeira, bloco do poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade. Campinas, v.21, número especial, p.909-94, 2012.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. 4.ed. Rio de Janeiro. 1980.

VALOR ECONÔMICO. **“Pedaladas” fiscais fazem governo tropeçar.** 25/08/2014. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/busca/pedalada%2Bfiscal> > Acesso em: 08/09/2017.

VARGAS, F.E.B. **O mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: integração precária e desenvolvimento desigual.** Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 02, nº 04, 2014. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/82>> Acesso em: 08/09/2017.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão popular, 2005.

WOLECK, A. **O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica.** Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Associação Educacional Leonardo da Vinci - Curso de Especialização. 2002 Disponível em: <<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>>. Acesso em: 03/08/2017.